



12100-100256/2017-23

CABINETE DO MINISTRO - PGFN	
Publicação: DOU de	07/05/18
Seção:	1
Folha:	39
Ass:	Fernanda

Assunto: Edição de listas telefônicas. Imunidade prevista no art. 150, VI, *d*, da Constituição Federal.

Jurisprudência pacífica do Egrégio Supremo Tribunal Federal.

Aplicação do art. 19, II, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

Despacho: Aprovo o PARECER PGFN/CRJ/Nº 1521, de 14 de outubro de 2016, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu pela dispensa de apresentação de contestação, de interposição de recursos e pela desistência dos já interpostos, desde que inexistia outro fundamento relevante, nas ações judiciais que discutam a extensão da imunidade tributária prevista em prol de livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão, prevista no artigo 150, VI, alínea d, da Constituição Federal, para as listas telefônicas.

Publique-se.

Brasília, 03 de maio de 2018.


EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Ministro de Estado da Fazenda




Seefelder
PGFN